

MUITA BARDIN, POUCA QUALIDADE: UMA AVALIAÇÃO SOBRE AS ANÁLISES DE CONTEÚDO QUALITATIVAS NO BRASIL

MANY BARDIN'S QUOTES, FEW WORRIES ABOUT QUALITY: AN ASSESSMENT ON QUALITATIVE CONTENT ANALYSIS IN BRAZIL

Rafael Cardoso Sampaio¹

Cristiane Sinimbu Sanchez²

Djiovanni Jonas França Marioto³

Beatrice Cristina dos Santos Araujo⁴

Larissa Helena Olivares Herédia⁵

Felipe Schwarzer Paz⁶

Camila Schiavon Tigrinho⁷

Josiane Ribeiro de Souza⁸

Resumo: A análise de conteúdo (AC) é uma das principais técnicas para análise de dados qualitativos na ciência brasileira, porém tem sido verificado em diferentes áreas de pesquisa uma baixa qualidade de sua aplicação e um uso predominante do manual de Laurence Bardin. A presente pesquisa busca fazer uma avaliação qualitativa de estudos baseados em AC em diferentes áreas de pesquisa no Brasil. Para tanto, foi construída uma amostra de 549 artigos que fizeram uso da técnica extraídos da SciELO Brasil e depois aplicada uma análise de conteúdo quanti e quali para avaliação da qualidade dessas publicações. Os resultados indicam uma baixa qualidade dos artigos em termos de explicitação e disponibilização das categorias e unidades de análise e de preocupação com a confiabilidade, transparência metodológica e validação dos dados. A pesquisa também reforça o uso exacerbado e acrítico do manual de Bardin. Concluímos se tratar de um problema geral da aplicação da técnica no país e da necessidade urgente de uma maior discussão epistemológica e metodológica.

¹ Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista produtividade CNPq nível 2. Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: cardososampaio@gmail.com.

² Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestra em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil. E-mail: cristiane.sinimbu@ufpr.br

³ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Ciência Política (UFPR). Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil. E-mail: djiovannimarioto@gmail.com

⁴ Graduada na UFPR em Odontologia, Mestranda em Ciência Política na UFPR, Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: beatricearaujo@gmail.com

⁵ Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bacharelada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: larissahelena.ohrs@gmail.com

⁶ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil. E-mail: felipesch.paz02@gmail.com

⁷ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil. E-mail: camilatigrinho@gmail.com

⁸ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil. E-mail: josiane.rib12@gmail.com

Palavras-chave: Análise de Conteúdo; Pesquisa Qualitativa; Qualidade da pesquisa qualitativa; Epistemologia.

Abstract: Content analysis (CA) is one of the main techniques for analysing qualitative data in Brazilian science, but it has been verified in different fields low quality of its application and a predominant use of Laurence Bardin's manual. The present research seeks to make a qualitative assessment of studies based on CA in different areas of research in Brazil. For that, we built a sample of 549 articles extracted from SciELO Brazil that applied the technique and then we applied a quantitative and qualitative content analysis to assess the quality of these publications. The results indicate a low quality of the articles in terms of explicitness and availability of the categories and units of analysis and of concern with reliability, methodological transparency and data validation. The research also reinforces the exacerbated and uncritical use of Bardin's manual. We argue that this is a general issue of the technique's use in the country and the urgent need for a greater epistemological and methodological discussion.

Keywords: Content Analysis; Qualitative Research; Quality of qualitative research; Epistemology.

1 Introdução

A análise de conteúdo (AC) pode ser considerada uma das principais formas de análise de dados qualitativos na pesquisa brasileira seja para análise de textos e conteúdos produzidos por diferentes instituições ou atores, seja para avaliar o resultado gerado por outras técnicas de coleta de dados qualitativos, como entrevistas e grupos focais. Trata-se de técnica vastamente utilizada em várias áreas de pesquisa, como, por exemplo, Administração, Ciência da Informação, Ciências Contábeis, Ciências Sociais, Comunicação, Educação, Enfermagem, Psicologia, Saúde Coletiva, dentre tantas outras (DESLANDES; IRIART, 2012; GUIMARÃES; PAULA, 2022; LEITE, 2017; MINAYO, 2014; PALMEIRA; CORDEIRO; PRADO, 2020; SAMPAIO *et al.*, 2021).

Todavia, mesmo com tamanho uso e extensa capilaridade pela ciência brasileira, ainda são relativamente escassos os trabalhos aferindo a qualidade das aplicações da análise de conteúdo no Brasil. Certamente, houve esforços isolados para a avaliação da aplicação da técnica em determinadas áreas, como Administração (GOMES *et al.*, 2020; SERAMIM; WALTER, 2017; SILVA *et al.*, 2017; BASTOS *et al.*, 2019), Comunicação (ASSMANN; LOPEZ, 2014; MARTINEZ; PESSONI, 2015; CARDOSO; MONTEIRO, 2022), Contabilidade (ALVES, 2011), Educação (PALMEIRA *et al.*, 2020), Educação Física (NASCIMENTO *et al.*, 2021); Psicologia (CASTRO *et al.*, 2012), Educação Matemática (RODRIGUES, 2019), dentre outras. Tais estudos forneceram insumos preliminares para presumir a possibilidade de que a AC está sendo aplicada com baixa qualidade e não respeitando os princípios científicos de confiabilidade, replicabilidade e validade (cf. SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021).

Ademais, algumas reflexões e críticas realizadas parecem não receber uma resposta adequada. Em discussão capitaneada pela Revista de Administração

Contemporânea (RAC), houve um profícuo debate sobre a técnica entre as professoras Mozzato e Grzybovski (2011) e a professora Vergara (2011) sobre os limites e questões da aplicação da AC em pesquisas qualitativas na Administração. Boa parte da discussão se deteve entre a rigidez e o rigor exigido por uma análise de conteúdo, geralmente pensada como um processo mais exigente, observando a confiabilidade e validade da pesquisa, mas não ignorando a flexibilidade necessária para uma análise qualitativa, que precisa lidar com a subjetividade da codificação e da interpretação dos dados.

Nesse sentido, Castro e colegas (2011) fazem diversas críticas e apontamentos sobre o uso da análise de conteúdo na Psicologia. Os autores afirmam que a técnica parece estar servindo mais para sustentar resultados não fundamentados em dados, tendo uma lógica exclusivamente confirmatória e centralizadora, como se a técnica garantisse em si a credibilidade da pesquisa. De modo complementar, Gondim e Bendassolli (2014) afirmam que a análise de conteúdo tem sido aplicada na Psicologia de modo não crítico, sendo habitualmente tomada como um recurso *ad hoc* nas pesquisas, desconectada de teorias robustas e de uma compreensão da natureza do fenômeno investigado, havendo espaço para maior reflexão sobre questões epistemológicas.

Em pesquisa com o provocativo título “Fazemos o que dizemos?”, Silva e colegas (2017) analisam o suposto uso da análise de conteúdo na Administração, concluindo que frequentemente os estudos afirmam que utilizam a técnica, mas reiteradamente não seguem os passos mínimos recomendados, não explicitando, especialmente, como se deu a condução da análise.

Na mesma linha, Nascimento *et al.*, (2021) avaliaram qualitativamente artigos científicos veiculados em periódicos da Educação Física brasileira, concluindo que a AC aparece somente como justificativa para análise de dados em considerável parte do *corpus* analisado, sem apresentar um caminho claro entre a relação dos dados apresentados e a interpretação deles, tampouco elementos importantes da análise, como unidades de registro, contexto, categorias e inferências.

Por sua vez, Barbosa (2020), ao analisar o uso de técnicas de pesquisa na área de comunicação, considera que a análise de conteúdo seja engessada e ultrapassada em comparação a outras técnicas. Para a autora, a análise de conteúdo continua se baseando excessivamente em Bardin e não se atualiza.

Guimarães e Paula (2022) organizaram uma coletânea para tratar sobre diferenças e similaridades da análise de conteúdo e de discurso. Nos capítulos acerca da AC, há um

cuidado em se apresentar alternativas ao modelo de Bardin e se discutir algumas questões epistemológicas sobre análises textuais no geral.

Nessa seara, a discussão realizada no cerne da RAC, ocasião rara no Brasil⁹, levantou questões importantes, ao exemplo da predominância de aplicações de AC baseadas no manual de Laurence Bardin na Administração e possíveis controvérsias em torno da obra. Diversas pesquisas também apontam a autora como a principal referência em análises de suas respectivas áreas de atuação, chegando ao ponto da utilização de várias edições do manual da autora (MARTINEZ; PESSONI, 2015; SERAMIM; WALTER, 2017; NASCIMENTO *et al.*, 2021; GOMES *et al.*, 2020).

No mesmo sentido, o estudo de Sampaio *et al.*, (2021) evidencia que Bardin é utilizada de maneira anormal tanto nas humanidades quanto nas ciências da vida, sugerindo que parece haver espaço para mais manuais metodológicos sobre AC. Os autores recomendam, especialmente, mais discussão epistemológica e metodológica sobre o emprego da técnica no Brasil.

Não obstante, até o momento, não conhecemos pesquisas que fazem uma avaliação compreensiva e multidisciplinar sobre a efetiva qualidade das aplicações da análise de conteúdo na pesquisa brasileira, algo que a presente pesquisa busca contribuir. Esse também é um limite da pesquisa de Sampaio *et al.*, (2021) que se detêm apenas na apreciação cientométrica das citações a Bardin e não de forma qualitativa. Dito de outra forma, não sabemos se tais citações são todas apologéticas ou se haveria de fato críticas e debates em torno do manual da autora.

A pesquisa em tela busca preencher essa lacuna. Inicialmente, montamos uma amostra aleatória de 549 artigos publicados na SciELO Brasil que fazem uma aplicação empírica da análise de conteúdo em versão qualitativa¹⁰ e avaliamos aspectos que consideramos que acrescentam qualidade à análise, nomeadamente confiabilidade, replicabilidade, validade, transparência, credibilidade, descrição detalhada e validação dos dados da pesquisa qualitativa, além de cuidados éticos. Em segundo lugar, desejamos verificar em que medida o manual de Bardin é utilizado para sustentar as ACs brasileiras e se há críticas e ponderações ao modelo de análise apresentado pela autora.

⁹ Também em seu volume 4 de 2016, a Revista Pesquisa Qualitativa publicou um dossiê chamado “v. 4 n. 6 (2016): Métodos de Análise de dados: Análise de conteúdo e Análise do discurso”.

¹⁰ Apesar de termos uma visão da análise de conteúdo enquanto uma técnica híbrida com possibilidades de aplicações mais qualitativas ou mais quantitativas (cf. BAUER, 2009; KRIPPENDORFF, 2004), debruçamo-nos exclusivamente sobre as aplicações qualitativas da técnica.

2 Estado da arte do uso da análise de conteúdo

Como já dito, pesquisas anteriores buscaram fazer revisões e avaliações do uso da análise de conteúdo na pesquisa brasileira, embora muito setorializadas em determinados nichos ou áreas do conhecimento. Aqui, apresentamos aquelas que nos pareceram mais robustas em termos empíricos e reflexões mais robustas em termos epistemológicos.

Inicialmente, Alves (2011) verificou que, na base de dados ProQuest entre 2001 e 2010, na área de Contabilidade, nos 51 trabalhos encontrados, nem sempre é possível identificar a seleção da unidade de análise¹¹ do estudo. Castro, Abs e Sierra (2011), por sua vez, observaram, em 83 artigos de seis periódicos indexados na base SciELO (Psicologia), que, geralmente, os trabalhos não oferecem descrição de nenhuma das operações de AC, tais como critérios de organização, indicadores e procedimentos de inferência.

Problemas dessa natureza também foram encontrados por Deslandes e Iriart (2012). Nos 266 artigos da área de Ciências Sociais e Humanas e Saúde analisados (entre os anos 2009-2010), 113 usaram a “análise de conteúdo”, sobretudo a análise temática, porém não descreveram em detalhes as categorias de análise ou como elas foram aplicadas.

Quadros, Assmann e Lopez (2014), por sua parte, analisaram 613 trabalhos de conclusão na área de Comunicação (476 dissertações e 137 teses) e mostraram que 57 trabalhos utilizaram a AC (52 dissertações e 5 teses). As autoras identificaram que 21 trabalharam apenas com a técnica, enquanto 36 empregaram a AC combinadas a outras técnicas.

Já Dal-Soto e Suzin (2017) buscaram examinar o uso da AC na área de Gestão Estratégica (n=25), após checagem manual, recuperados na base EBSCO, entre 2005 e 2014). Nas análises, os autores concluíram que a maioria desses artigos apresentou ACs quantitativas, que buscavam a determinação de variáveis submetidas a testes estatísticos confirmatórios de hipóteses determinadas *a priori*. Conforme os autores, as ACs analisadas apresentaram alto rigor na aplicação geral da técnica.

Martinez e Pessoni (2015) investigaram a análise de conteúdo na base de artigos do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom) entre 1996 e 2012,

¹¹ A unidade de análise é a fração de texto onde será aplicada a categorização, podendo ser um parágrafo, uma frase, um post, uma imagem etc. Portanto, para garantir a transparência e cuidado da pesquisa, seria importante conseguir identificar tal unidade.

identificando 20 artigos sobre a técnica. Os autores concluíram que há uso recorrente de várias edições do manual de Bardin, tais como as edições de 1977, 1986 (versão em espanhol), 1988, 2002, 2004, 2009. Para eles, tal uso é justificado por se tratar de uma obra “muito bem escrita e fácil de usar” (2015, p. 302), sendo que a edição original de 1977 é extensamente a mais utilizada, o que, para os autores, indica a falta de prática de atualizar os acervos de edições por partes das bibliotecas (2015, p. 305).

Seramim e Walter (2017) buscaram caracterizar os trabalhos que fizeram uso da análise de conteúdo seguindo exclusivamente os preceitos de Laurence Bardin. Ao pesquisarem 52 trabalhos publicados em periódicos brasileiros entre 1997 e 2015 nas bases *Scientific Periodicals Eletronic Library* (SPELL) e SciELO, os autores encontraram referências a 13 edições diferentes do livro de Bardin, sendo a maior parte das citações se referia à original de 1977 (n=19). Ao analisar a qualidade dos artigos, Seramim e Walter (2017) indicaram que 75% não deixavam claras as etapas definidas por Bardin (2016), sendo que 18 artigos apenas citam que utilizaram AC, “mas não é possível identificar como o método foi aplicado no contexto do trabalho” (2017, p. 262).

De modo similar, Silva *et al.*, (2017) analisaram 31 artigos publicados em diferentes eventos promovidos pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) de 1998 a 2012. As autoras relataram que havia uma aparente falta de preparação dos pesquisadores no uso da AC, uma vez que, do *corpus* analisado, apenas dois *papers* realmente a aplicavam de forma plena, na própria definição das autoras.

Também no campo de Administração, Bastos *et al.*, (2019) realizaram uma pesquisa bibliométrica sobre AC e análise de discurso (AD). Ao verificar o banco de dados da SciELO (1997-2015) e tratar pela área de “gerenciamento”, encontraram 220 artigos sobre AC e 120 sobre AD, o que aponta para um crescimento do uso de ambas as técnicas nas diferentes subáreas da Administração, conforme os autores.

Na mesma linha, Nascimento *et al.*, (2021) exploraram artigos científicos veiculados em periódicos avaliados no *ranking* Qualis CAPES da Educação Física brasileira, entre 2007 e 2017, alcançando 222 artigos após a filtragem manual. Os autores identificaram 246 referências sobre a técnica de AC, sendo que 165 (67,1%), utilizaram diferentes edições do livro de Laurence Bardin, “Análise de conteúdo”, enquanto Maria Cecília de Sousa Minayo foi citada 12 vezes (4,9%). Desse *corpus*, ao fazerem sua análise, os autores concluem que 21,6% (48) dos artigos usaram a AC somente como justificativa para análise de dados, ou seja, não se encontrou “nenhum elemento que

pudesse associar os resultados com a técnica de análise” (2021, p. 5, tradução nossa). Para os autores, isso demonstra uma fragilidade da metodologia da AC dos trabalhos, “uma vez que não permite a construção de um caminho claro da relação entre os dados apresentados e a interpretação do(s) autor(es) do trabalho” (2021, p. 6, tradução nossa). Apesar de denotarem que, nos outros 174 artigos, houve maior aprofundamento na explanação da AC, eles consideraram que apenas 47 artigos (21,2%) “demonstraram com maior densidade analítica no uso da técnica, apresentando elementos como unidades de registro, contexto, categorias e inferências” (2021, p. 6, tradução nossa).

Em 40 artigos analisados, Gomes *et al.*, (2020), numa pesquisa bibliográfica que compreendeu o período de 2016 e 2017 nas bases da SciELO e dos Anais da Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Administração (ANPAD), indicaram que os trabalhos analisados não seguiram adequadamente os preceitos de Bardin em termos do rigor da objetividade e de melhor interpretação dos dados.

Por sua vez, Palmeira, Cordeiro e Prado (2020) fizeram um amplo levantamento do uso da técnica entre 2015 e 2019, nas bases SciELO, Portal de Periódicos da CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Na SciELO, foram encontrados 240 artigos em todas as áreas; 35 pesquisas pertenciam à área da Educação. Já no Portal do Periódicos da CAPES, a pesquisa revelou 549 entradas, 161 da área da Educação. Segundo as autoras, a análise de conteúdo assume 1/3 das pesquisas da área de Educação. Finalmente, na BDTD, foram encontradas 2.033 teses ou dissertações que fazem uso da AC, 152 da Educação. Dessa maneira, as autoras concluíram que a área de Educação é a que mais usa a AC em suas pesquisas.

A pesquisa de Marialva Barbosa (2020) não buscou verificar especificamente o uso da AC, mas sim os métodos e objetos predominantes na área de Comunicação. Para tanto, a pesquisa verificou 109 teses defendidas no ano de 2017 em 11 programas de pós-graduação na área com nota 5 ou superior, concluindo que 23 fazem análises textuais (i.e., análise de discurso, análise de conteúdo ou análise de narrativas). Em especial, interessa destacar que Barbosa é uma das poucas a criticar o uso ininterrupto do manual de Bardin da década de 70 até os dias atuais, o que leva a autora a concluir se tratar, em sua visão, de uma técnica desatualizada.

Ainda na Comunicação, Cardoso e Monteiro (2022) fizeram uso de um banco de dados com as dissertações e teses na área e aferiram que 223 fazem uso da AC como sua técnica principal de análise. Dessas, 132 teses e dissertações são baseadas em Bardin, seguida por Hercovitz (n=43), Bauer (=21) e Fonseca Júnior (n=12) e Krippendorff (n=7).

Os autores denotam ainda que 40 trabalhos não apresentaram qualquer referência sobre AC. Ainda, vale destacar que as principais técnicas ou métodos conjugados foram entrevistas, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo de caso.

Sampaio *et al.*, (2021) elaboraram uma revisão cientométrica do uso da análise de conteúdo na SciELO Brasil. Os autores trabalharam com 3484 referências de artigos baseados em AC. A pesquisa demonstra que a maior parte da análise de conteúdo da SciELO é publicada em revistas da área de ciências da vida e que Bardin é largamente a autora mais utilizada, dominando todos os *clusters* de citações em humanidades e ciências da vida. Os autores alertam para a necessidade dessa excessiva citação ser desnaturalizada, apontando a possibilidade de a técnica estar parada no tempo, uma vez que o manual de Bardin não é atualizado há cerca de duas técnicas.

Como já dito, essa breve revisão narrativa dos estudos que fizeram uso da análise de conteúdo possibilitam algumas conclusões, a saber: 1) quase todas as pesquisas restringiram-se a analisar apenas suas áreas de origem (com a exceção de DESLANDES; IRIART, 2012; PALMEIRA; CORDEIRO; PRADO, 2020); conseqüentemente, 2) lidaram com um N baixo de artigos (exceto DESLANDES; IRIART, 2012; PALMEIRA *et al.*, 2020; SAMPAIO *et al.*, 2021); 3) identificaram uma predominância de Laurence Bardin como a principal autora da AC brasileira; e, quando analisam a qualidade das pesquisas, denotam que 4) a maior parte das aplicações de análise de conteúdo é incompleta e/ou de baixa qualidade e rigor científico (com exceções, como DESLANDES; IRIART, 2012).

No cenário internacional, o maior interesse em revisões gerais de literatura foca no uso e na apresentação de índices de testes de confiabilidade entre codificadores, buscando-se verificar se tal apresentação está crescendo ao longo do tempo. Riffe e Freitag (1997) verificaram que 56% das análises de conteúdo publicadas no periódico *Journalism & Mass Communication Quarterly* entre 1971 e 1995 apresentaram os resultados de tais testes. Lombard, Snyder-Duch, Bracken (2002) avaliaram 200 artigos da área de comunicação publicados entre 1994 e 1998 e evidenciaram que 69% apresentaram algum resultado de testes de confiabilidade, porém omitiam outras informações importantes, tais como a amostra para o teste de confiabilidade, o número e a forma de treinamento de codificadores. Por sua vez, Lovejoy, Watson, Lacy, Riffe (2014) classificaram 581 artigos publicados entre 1985 e 2010 e verificaram que no total 76% dos artigos apresentaram um resultado de teste de confiabilidade, valor que cresceu ao longo do período analisado.

3 Metodologia

A pesquisa utiliza procedimentos baseados em protocolos de leitura e avaliação de Revisão Sistemática (RS), em combinação com a técnica da Análise de Conteúdo¹² para sistematização dos dados. Consideramos que a AC é “baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos” (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021, p. 17), sendo utilizada para “descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos” (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021, p. 17).

Para fonte dos dados, utilizamos o *SciELO Citation Index* (SciELO CI) integrado à plataforma *Web of Science* (WoS), aplicando a estratégia de busca (“*análise de conteúdo*” OR “*análise do conteúdo*”) no formulário *Topic* (busca combinada nos campos Título, Resumo e Palavras-chave do autor), filtrando pelo período de 2002-2020. A busca foi realizada no dia 17 de agosto de 2021. Selecionamos a coleção *SciELO Brazil* e filtramos por países/regiões BRASIL ou BRAZIL. Excluímos os tipos de documento: “*Rapid Communication*”, “*Editorial*”, “*Brief Report*”, “*Undefined*”, “*Abstract*” e “*Addendum*” (utilizando os próprios filtros da plataforma).

Os resultados foram exportados para a aplicação on-line Rayyan¹³, no qual foram retiradas as referências duplicatas, assim como foram excluídas pesquisas não empíricas e que não utilizaram, de fato, a técnica análise de conteúdo, obtendo o total de 3.643 resultados. A partir disto, construímos um *corpus* de análise a partir de uma amostra aleatória representativa, considerando o erro amostral de 3% e margem de confiança de 95%, obtendo o total de 569 documentos. Desses, 20 não foram considerados como apresentando uma análise de conteúdo exclusivamente qualitativa e foram descartados, chegando ao corpus de análise de 549¹⁴ artigos, que são, portanto, representativos do total¹⁵.

¹² Fazemos uso de uma análise de conteúdo quanti-quali. Ao exemplo de autores como Mozzato e Grzybowski (2011), não acreditamos que análises qualitativas rejeitam qualquer forma de quantificação. As frequências nos ajudarão a entender as características gerais das pesquisas avaliadas, enquanto exemplos, ilustrações e avaliações qualitativas farão o complemento de tais dados.

¹³ Disponível em: <https://www.rayyan.ai/>. Acesso em: 17 set. 2022.

¹⁴ O *corpus* analisado se encontra disponível para replicabilidade em: <https://bdc.c3sl.ufpr.br/handle/123456789/117>. Acesso em: 16 nov. 2022.

¹⁵ Como desejávamos ter essa representatividade em relação ao total, optamos pela construção dessa amostra quantitativa maior em vez de seguir um protocolo de revisão sistemática, como o Prisma. Isso nos permitiu fazer uma avaliação representativa da produção brasileira, porém não exclui a possibilidade de

Para avaliar a qualidade da aplicação das análises de conteúdo qualitativas, consideramos que a melhor maneira seria justamente aplicar uma análise de conteúdo que seguisse os princípios científicos mais exigentes da técnica em âmbito internacional (KRIPPENDORFF, 2004; NEUENDORF, 2002; SCHREIER, 2012). No contexto brasileiro, parece haver um esforço da tradução e adaptação de tais princípios para a realidade brasileira por Sampaio e Lycarião (2021), que será nosso guia de referência.

Então, o primeiro passo para tal examine partiu da criação de um livro de códigos que nos permitisse avaliar a qualidade de tais pesquisas, no que tange a aplicação de suas respectivas ACs. Nosso objetivo era que tal referencial de codificação fosse capaz de apreender tal qualidade, porém com cuidados para tornar o estudo em tela mais confiável e replicável. Assim, primeiramente, baseamo-nos nos pontos levantados por Riffe e Freitag (1997), que fizeram algo similar ao usar uma análise de conteúdo para avaliar a qualidade de outras análises de conteúdo, porém nem todas as categorias poderiam ser plenamente reproduzidas, uma vez que os autores estavam analisando ACs basicamente quantitativas¹⁶. Por sua vez, inspiramo-nos na metodologia de outros artigos que avaliaram o uso da análise de conteúdo em suas respectivas áreas, notadamente Castro et al. (2011) e Nascimento *et al.*, (2021).

Além disso, buscamos pesquisas que avaliaram a qualidade de outros estudos, notadamente qualitativos. Verificamos tanto princípios epistemológicos da qualidade da pesquisa qualitativa, como aqueles enumerados por Flick (2009), Bauer, Gaskell e Allum (2009), nomeadamente triangulação, reflexividade, transparência e clareza nos procedimentos, construção do *corpus*, descrição detalhada, surpresa pessoal, validação comunicativa. Também procuramos critérios específicos e aplicados para avaliar a qualidade de pesquisas qualitativas (TRACY, 2010; POORTMAN; SCHILDKAMP, 2011; COSTA; MINAYO, 2019).

Com base então em tais estudos, elaboramos um Livro de Códigos (LdC), contendo inicialmente 35 categorias de análise¹⁷, com variáveis que buscam sistematizar os dados desde aqueles referentes à autoria que sustentava a AC, aos tipos de conteúdo analisados (documentos ou em combinação com outras técnicas de coleta), forma de coleta de dados, tipo de abordagem empregada na análise dos dados primários, até aquelas

futuras pesquisas fazerem revisões sistemáticas de fato buscando compreender questões mais específicas das pesquisas de AC.

¹⁶ Como, por exemplo, a presença de hipóteses de pesquisa e de análises estatísticas adequadas.

¹⁷ O livro de códigos original foi feito para avaliação de análises de conteúdo quantitativas, qualitativas e mistas. Para esse artigo, apresentamos apenas as categorias usadas para ACs qualitativas.

variáveis referentes à confiabilidade, replicabilidade, validação e transparência da pesquisa¹⁸. A unidade de análise foi constituída pelo artigo como um todo, portanto a unidade de contexto também era o artigo completo. Em outras palavras, informações úteis para a codificação poderiam ser encontradas em qualquer parte do texto.

Buscando a padronização da codificação entre os seis codificadores (1 doutoranda, 1 mestranda e 4 graduandos bolsistas PIBIC) envolvidos na pesquisa, foram realizados sete treinamentos (liderados pelo pesquisador principal e pela doutoranda), nos quais eram selecionados documentos aleatórios do *corpus* para codificação individual e posterior discussão em grupo. Além do nivelamento da codificação, a cada rodada de treinamento, o LdC também foi aprimorado, com a inclusão/exclusão de variáveis e acrescido de notas explicativas. Após os treinamentos, realizou-se o teste de confiabilidade da codificação, com uma amostra de 20 documentos do *corpus*, testando a codificação das categorias do LdC.

Conforme recomendado na literatura especializada internacional (KRIPPENDORFF, 2004; NEUENDORF, 2002; SCHREIER, 2012), realizamos um teste de confiabilidade entre os seis codificadores após o treinamento e antes da realização da codificação em si. Consoante a sugestão de Sampaio e Lycarião (2021), os codificadores fizeram testes independentes e foram inseridos no site <http://dfreelon.org/>, que gera os resultados de forma simplificada (FREELON, 2013).

Duas variáveis não passaram no teste de confiabilidade e não foram codificadas, nomeadamente se “o artigo faz uso de algum tipo de amostragem ou construção de *corpus*?” – evidenciando como é complexa a questão de amostra e *corpus* em pesquisas qualitativas – e a categoria “o artigo apresenta contexto, descrição aprofundada, detalhes concretos, explicitação de conhecimento tácito (não textual) que foram usados para a análise?”, demonstrando que é de difícil e complexa aferição a questão da descrição rica dos cenários para a pesquisa qualitativa. Todas as outras categorias apresentaram resultados do alpha de Krippendorff superiores a 0,667 ou porcentagens médias de concordância superiores a 88%¹⁹. Em casos, quando se trata de variáveis ainda em

¹⁸ O livro de códigos para replicabilidade da pesquisa encontra-se no seguinte link: <https://bdc.c3sl.ufpr.br/handle/123456789/116>. Acesso em 16 nov. 2022.

¹⁹ As seguintes categorias não alcançaram o resultado mínimo recomendado, a saber: v7: “A coleta de dados contou com auxílio de algum software (incluindo online) ou linguagem de programação?” (α de krippendorff 0.628 e concordância de 89,20%), v9: “A análise dos dados contou com auxílio de algum software (incluindo online) ou linguagem de programação?” (α de krippendorff 0.57 e concordância de 88,88%), v 21: “O artigo menciona a existência de uma metodologia indutiva para criação de códigos e categorias?” (α de krippendorff 0.604 e concordância de 85.39%) e v33: “O artigo menciona formas de

aperfeiçoamento ou de difícil apreensão, Sampaio e Lycarião (2021) afirmam que é possível trabalhar com esses resultados.

Após o teste de confiabilidade, o *corpus* foi dividido entre os seis codificadores, o resultado da codificação foi organizado no Microsoft Excel e tratado tanto no Excel quanto no IBM SPSS²⁰. Os codificadores foram instruídos a denotar qualitativamente artigos que consideraram particularmente bons exemplos de aplicação da análise de conteúdo e de relataram, sem identificar os artigos, as piores práticas encontradas.

Um desafio particularmente não esperado esteve na dificuldade de se avaliar exclusivamente a análise de conteúdo dos artigos, uma vez que boa parte deles usava a técnica apenas para analisar o resultado de outras técnicas qualitativas, como entrevistas e grupos focais. Portanto, é importante ressaltar que apenas a condução da análise de conteúdo nos artigos foi considerada para o trabalho em tela.

Finalmente, após a coleta dos PDFs de todos os artigos, buscamos a presença das expressões “unidade de análise” e “unidade de contexto” para verificar o quão explícito estão esses dois elementos da AC.

4 Resultados

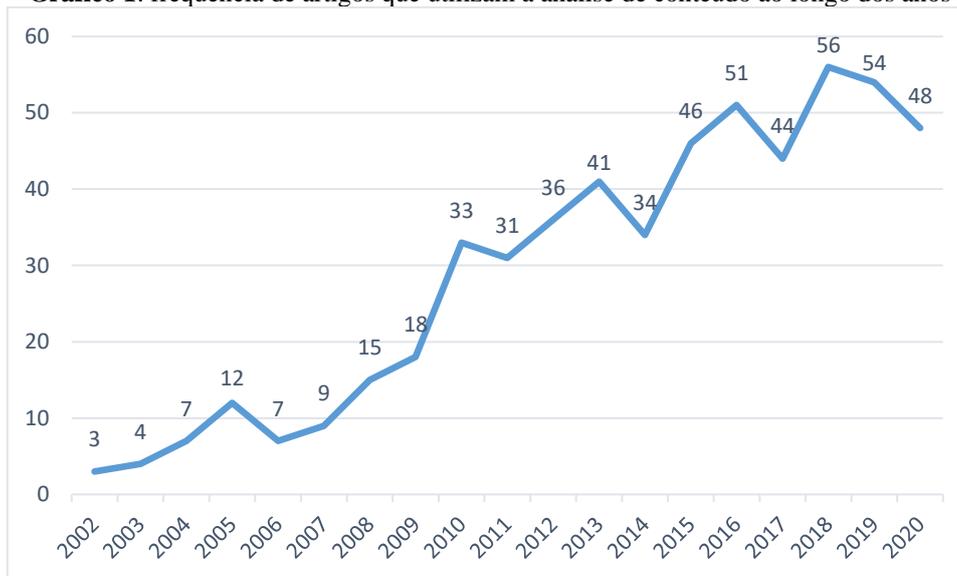
4.1 Qualidade das análises de conteúdo brasileiras

Ao analisar a amostra de artigos qualitativos que utilizam a análise de conteúdo como metodologia, temos ao todo 549 trabalhos, distribuídos entre 2002 e 2020, porém sem um controle amostral por ano. Como a amostra foi aleatória e representativa do total, o Gráfico 1 evidencia que não houve problema amostral por excessiva concentração em poucos anos e nos dão uma noção do aumento da produção ao longo dos anos, conforme já evidenciado por pesquisas anteriores (BASTOS *et al.*, 2019; NASCIMENTO *et al.*, 2021; PALMEIRA *et al.*, 2020; SAMPAIO *et al.*, 2021).

transparência metodológica para incremento da credibilidade (*trustworthiness*) da pesquisa?” (α de krippendorff 0.588 e concordância de 90.47%).

²⁰ Por se tratar de uma amostra com N alto e com uma avaliação inicial quantitativa, optamos por não utilizar CAQDAS, fazendo a codificação direto em planilha do Excel, enquanto separamos os exemplos qualitativos em pasta da pesquisa. A codificação em Excel também facilita o teste de confiabilidade usando a ferramenta de Dean Freelon (2013).

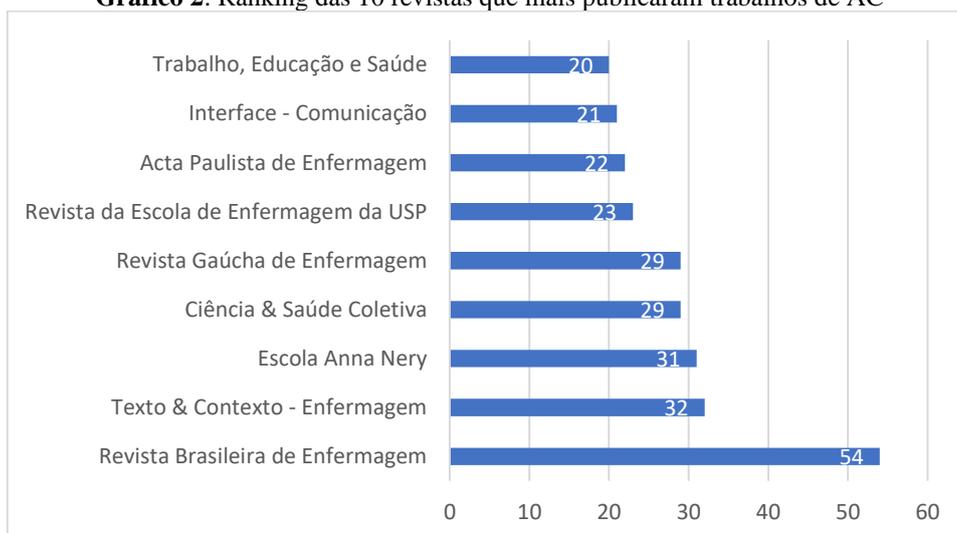
Gráfico 1: frequência de artigos que utilizam a análise de conteúdo ao longo dos anos



Fonte: Autores (2022)

Os trabalhos estão distribuídos por 84 revistas indexadas a SciELO. Em sua maioria, são revistas da área de saúde e, em especial, enfermagem. Dentre as 10 revistas com mais trabalhos na amostra, conforme o Gráfico 2, destacam-se a “Revista Brasileira de Enfermagem” com 54 trabalhos, seguida pela “Texto & Contexto – Enfermagem” com 32 artigos. Esses dados vão ao encontro daqueles vistos em Sampaio *et al.* (2021), que evidenciam uma maior produção da AC em periódicos de ciência da vida, em geral, e de saúde, em específico.

Gráfico 2: Ranking das 10 revistas que mais publicaram trabalhos de AC



Fonte: Autores (2022)

Nossos dados também demonstram que a análise de conteúdo qualitativa, na pesquisa brasileira, tem sido predominante usada como uma técnica secundária para

avaliação de conteúdos gerados por outras técnicas de coleta de pesquisa qualitativa (85,4%), notadamente entrevistas qualitativas (64,8%), apesar de também aplicada para verificar os resultados de grupos focais (6,6%) e respostas abertas em testes ou questionários (4,2%). Tais resultados vão ao encontro do uso conjugado da AC com outras técnicas, como já evidenciado por Castro e colegas (2011), Quadros *et al.* (2013) e Cardoso, Monteiro (2022).

Tabela 1: Técnica de coleta de dados utilizada na pesquisa qualitativa

Técnica de coleta	Frequência	Porcentagem
Entrevistas qualitativas	356	64,8
Duas ou mais técnicas acima	50	9,1
Grupos focais ou entrevistas grupais	36	6,6
Testes/Questionários	23	4,2
Observação participante ou etnografia	4	0,7
Total	469	85,4

Fonte: Autores (2022)

Quando o conteúdo analisado é gerado naturalmente por outros atores ou instituições, a materialidade do conteúdo utilizado é usualmente material acadêmico, aparecendo em 40,2% dos casos (33 artigos), seguida por documentos (n= 25). Os outros materiais apareceram em menos de 5% dos trabalhos analisados.

Tabela 2: Frequência da materialidade do conteúdo gerado por outros atores e instituições

Materialidade do conteúdo analisado	Frequência	Porcentagem
material acadêmico	33	40,2
documentos	25	30,5
jornais, revistas, boletins	4	4,9
livros e materiais didáticos	4	4,9
leis e regulamentações	4	4,9

conteúdos diversos de mídias sociais	3	3,7
websites	3	3,7
outros	3	3,7
audiovisual	1	1,2
letras de música, material literário	1	1,2
banco de dados	1	1,2
Total	82	100,0

Fonte: Autores (2022)

Quando se buscou verificar se a coleta de dados contou com o auxílio de algum *software* ou linguagem de programação, apenas cinco trabalhos mencionaram tal existência. Já a análise dos dados teve uma maior presença de *softwares* ou linguagem de programação, mesmo que de maneira ainda insipiente, sendo vista em 10,2% dos casos (56 trabalhos). Ao todo, foram identificados e listados 21 programas, sendo os mais utilizados o NVivo e o Atlas.ti, valor similar ao visto em pesquisas de AC na educação física por Nascimento *et al.*, (2021), na qual o NVivo também foi o *software* de análise mais usado.

Tabela 3: *Softwares* mais utilizados para a análise dos dados

Software	Frequência
NVivo	18
Atlas.ti	11
Excel	5
SPSS	4
ALCESTE	3
IRAMUTEQ	3

Fonte: Autores (2022)

Passando para os códigos e categorias presentes nos artigos, 93,9% dos artigos (477 trabalhos) mencionam a existência de uma metodologia indutiva para a sua criação, enquanto 31 não mencionaram. Em conjunto a isto, o resultado da aplicação indutiva ou livro de códigos também é disponibilizado em 65% dos casos (357 trabalhos), sendo que apenas 35% (192 trabalhos) não o tornam público. Qualitativamente, podemos afirmar que a maioria das pesquisas possui descrições minuciosas e atentas no tangente às metodologias de amostragem e de coleta, bem como apresentam concepção de problemáticas relevantes e bem alinhadas às bibliografias teóricas. Entretanto, é notável o contraste quando se trata da descrição metodológica das Análises de Conteúdo

conduzidas, que geralmente se resumem a um parágrafo genérico sobre preceitos de algum autor ou autora, usualmente Bardin.

Por outro lado, dos 549 artigos analisados, apenas *cinco* deixaram explícitas as unidades de análise da AC propriamente ditas. Isso confirma questão levantada por Alves (2011) e Nascimento *et al.*, (2021) de que a maior parte das pesquisas de AC não se preocupa em tornar claro o conteúdo que foi, de fato, analisado.

Ao observar o processo de codificação dos artigos, encontra-se que 86% (472 trabalhos) não mencionam a existência de mais de um codificador, e, quando verificado se esses codificadores tiveram treinamento para a condução da análise de conteúdo, apenas 0,5% (3 trabalhos) dos autores mencionaram este dado explicitamente no artigo, frente aos 99,5% (546 trabalhos) que ou não mencionaram ou não tiveram treinamento dos codificadores.

Concomitante a isto, buscou-se observar se o artigo apresentou o resultado de um teste de confiabilidade entre os codificadores ou outra forma de se lidar com a confiabilidade das codificações e categorias, encontrando que apenas 2,6% (n=14) dos artigos trouxeram esta preocupação; dentro destes o teste mais utilizado foi o “teste de estabilidade/teste-reteste” (n=5). Esses números são significativamente inferiores aos vistos na literatura internacional, na qual algum teste de confiabilidade é visto, ao menos, em 50% dos trabalhos, desde os anos 90 (RIFFE; FREITAG, 1997, LOMBARD *et al.*, 2002; LOVEJOY *et al.*, 2014).

Tabela 4: Teste de confiabilidade utilizado pelos artigos

Teste utilizado	Frequência	Porcentagem
Teste de estabilidade/teste-reteste	5	35,7
Outro	4	28,6
Uso de 2 codificadores	2	14,3
Kappa de Cohen	2	14,3
Alpha de Krippendorff	1	7,1
Total	14	100,0

Fonte: Autores (2021)

Boas explicações metodológicas sobre o processo de confiabilidade da codificação podem ser vistas, a título de exemplo, em:

Para tornar fidedignos e válidos os resultados, realizou-se a análise de concordância das categorias por juízes. Na análise do conteúdo, as primeiras

etapas foram realizadas inicialmente pelo Juiz 1 (pesquisadoras); as Categorias (04) e Subcategorias (12), elaboradas a partir da assimilação desse conteúdo, foram definidas a partir das 74 Unidades de Significado encontradas. Após dois meses da primeira análise, foi novamente avaliado pelo Juiz 1 (Intrajuiz), em seguida, foram submetidos à análise dos Juizes 2 e 3. Para analisar a concordância entre os juizes, aplicou-se: a Correlação de Spearman (rs), que verificou a concordância entre os pares. Na análise da concordância concomitante entre todos os juizes, foi utilizado o teste de Kendall (CHAVES; GIL, 2015, p. 3645).

Fizemos uma leitura preliminar dos programas de governo, identificando 2.315 quasi sentence consideradas como promessas de campanha. Em seguida, com o auxílio do software MAXQDA, realizamos uma segunda leitura dos documentos com a marcação das sentenças consideradas promessas, distinguindo-as entre promessas verificáveis (1920 quasi sentence) e promessas retóricas (395 quasi sentence) - portanto, não passíveis de verificação. Em seguida, quantificamos e ordenamos os textos para tratá-los como dados. Considerando que muitas vezes não havia a indicação explícita de encaminhamento de matéria legislativa ou de ato administrativo, para assegurar o maior grau possível de confiabilidade e replicabilidade à pesquisa, adotamos o sistema de codificação por pares com aplicação do índice Alpha de Krippendorff nas sentenças que seriam consideradas promessas verificáveis ou promessas retóricas. Para a realização do teste, utilizamos a plataforma ReCal, desenvolvida pelo pesquisador Dean Freelon e disponibilizada gratuitamente online (Freelon 2010). O resultado do teste com aplicação do índice de Krippendorff indicou grau de confiabilidade suficiente para o prosseguimento da pesquisa (DINIZ; OLIVEIRA, 2020, p. 75-76).

Quando esquadrihado se o artigo apresentou alguma forma de se lidar com a subjetividade do codificador e/ou codificação, 14,8% (81 trabalhos) trouxeram esta preocupação, ao passo que a maioria, 85% (468 trabalhos) não apresentou alguma explicação a respeito. Partindo para a validação dos dados, também se encontra uma baixa presença dentro da amostra analisada, apenas 7,3% (40 trabalhos) apresentam algum método de validação, frente aos 92,7% (509) que não fazem menção alguma a respeito. A principal forma mencionada para validação dos dados foi a triangulação, como apresentado, a título de exemplo, nas pesquisas abaixo:

Elaboramos todos os instrumentos coletivamente e buscamos que fossem criticados por especialistas ad hoc nas áreas de saúde do trabalhador e de segurança pública. Utilizamos três técnicas: grupo focal, entrevista semiestruturada individual e observação de campo. Tanto as entrevistas como os grupos focais envolveram policiais dos setores operacional e administrativo e de distintos cargos. [...] O número de pessoas ouvidas no qualitativo obedeceu a critérios de saturação da amostra, como preconizado na literatura. O roteiro das entrevistas enfatizou questões de administração e gestão. Os grupos focais ressaltaram o debate sobre situação e condições de trabalho, relações entre pares e hierarquias e percepções de risco (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2007, p. 2769).

A validação externa da análise das entrevistas foi realizada com pares acadêmicos por meio de debates dos dados encontrados e com duas especialistas na área de educação em saúde. A essas, foram entregues as transcrições das 11 entrevistas e um checklist para orientar os passos da análise, esclarecendo cada etapa e as regras de codificação. Esse procedimento visou aumentar a confiabilidade dos resultados da análise. Após o consenso

das especialistas, os dados foram trabalhados com base na literatura nas áreas da psicologia da saúde e hospitalar, com enfoque biopsicossocial (SILVA; SILVA; ALENCAR, 2016, p. 705-706).

Apenas 2,4% (13 trabalhos) exibiram alguma forma de transparência metodológica para incremento da credibilidade (*trustworthiness*) da pesquisa, enquanto 97,6% (536 trabalhos) não mencionaram esse elemento ao longo do texto.

Vale a menção ao trabalho de Silva, Borges e Barbosa (2014), que apresentou uma descrição bastante interessante da aplicação da análise:

Na análise categórica (Bardin, 1977/1995), participaram oito juízes (incluindo as autoras do artigo), entre os quais foram distribuídos os registros dos meses aleatoriamente para a classificação dos documentos, havendo duas reuniões preparatórias conjuntas, coordenadas pela primeira autora, para a explicação do procedimento de análise. Após a categorização individual, todos os juízes compararam as classificações. As divergências foram discutidas, sendo sempre possível o consenso. Registramos os resultados em banco de dados do software Statistical Package for Social Sciences, por meio do qual realizamos as estatísticas descritivas. Após a discussão e fase de engajamento (Minayo, 2000; Turato, 2003), organizamos as subcategorias em duas categorias mais abrangentes (SILVA; BORGES; BARBOSA, 2014, p. 656).

Finalmente, também se verificou se os trabalhos foram submetidos para algum comitê de ética e/ou demonstraram formas de se lidar com as questões éticas envolvendo os sujeitos, e, nesta seara, a presença também foi eleada, baixa, aparecendo em 89% (431 trabalhos) em comparação a 11% (53 trabalhos)²¹ que não apresentaram tal questão.

4.2 A (sobre)utilização de Bardin pela análise de conteúdo brasileira

Além das questões mais gerais dos artigos e da qualidade da aplicação da análise de conteúdo, buscou-se entender quais autores e autoras eram utilizados para referenciar e apoiar a metodologia da técnica e como lidavam com a literatura. No total dos 549 artigos, identificamos todas as referências a manuais, artigos, capítulos, livros e afins que versassem sobre análise de conteúdo, chegando a um total de 578 referências de AC. Dentre as citações mais utilizadas para ancorar a análise de conteúdo dentro da amostra analisada, percebe-se a aparição mais destacada de apenas duas autoras. Em primeiro lugar, diferentes versões do manual de Bardin dominam as citações acerca de análise de conteúdo, seguidos pelos trabalhos de Minayo sobre a pesquisa qualitativa em saúde. Importante destacar que 10% dos trabalhos (64) da amostra afirmaram ter utilizado a análise de conteúdo, mas não citaram *qualquer* referência desta técnica no estudo.

²¹ Em 65 trabalhos, classificamos que a categoria não se aplicava, pois não envolvia humanas ou questões éticas de pesquisa no que concerne a análise de conteúdo (e.g. análise de documentos não sensíveis).

Tabela 5: Citações utilizadas mais de dez vezes para ancorar a análise de conteúdo

Citação	Frequência	Porcentagem
Bardin (2011)	95	14,8
Bardin (1977)	68	10,6
Nenhum	64	10
Bardin (2009)	35	5,5
Bardin (2010)	28	4,4
Bardin (2004)	27	4,2
Minayo (2010)	19	3
Bardin (2008)	18	2,8
Bardin (1979)	14	2,2
Bardin (2016)	14	2,2
Minayo (2004)	14	2,2
Minayo (2007)	14	2,2
Minayo (1996)	11	1,7
Minayo (2006)	10	1,6

Fonte: Autores (2022)

No total, percebe-se que 66,8% dos casos (n=367) fazem referência a alguma edição do manual de Bardin, confirmando a grande concentração evidenciada em Sampaio *et al.* (2021), enquanto 33,2% (n=183) se utilizavam de outras referências. Dentro dos trabalhos que utilizavam o manual de Bardin, 76,5% (280 artigos) utilizavam a citação da autora para sustentar a metodologia, ao passo que 23,5% (86 trabalhos) apenas faziam uma menção a autora, sem entrar nos meandros da técnica. *Nenhum* artigo analisado mencionou a autora de forma crítica, negativa ou fez contraponto ao modelo apresentado pela autora.

Tabela 6: Frequência da utilização da Bardin para apoiar a análise de conteúdo

	Frequência	Porcentagem
Sim	367	66,8
Não	182	33,2
Total	549	100,0

Fonte: Autores (2022)

Tabela 7: De que maneira a citação de Bardin é utilizada nos estudos?

A citação de Bardin está:	Frequência	Porcentagem
Sustentando	280	76,5
Mencionando	86	23,5
Contrastando	0	0,0
Total	366	100,0

Fonte: Autores (2022)

5 Discussão

Em termos das categorias que criamos para avaliar diversos pontos que consideramos que qualificam uma análise de conteúdo, temos dados que evidenciam uma baixa qualidade da AC, na pesquisa brasileira, no geral. A principal exceção está na questão da apresentação das categorias de análise e de algum indicativo de como elas foram criadas. A maior parte dos artigos afirmou fazer um uso indutivo para a criação das categorias (86,9%), e a maior parte das pesquisas apresentou organogramas, quadros, mapas conceituais ou mesmo alguns passos de como essas categorias foram criadas (65%). Entretanto, é preciso dizer que o cuidado para a transparência metodológica e descrição detalhada do processo de análise foram muito inferiores ao tratamento dado às técnicas de coleta de dados qualitativos, notadamente as entrevistas.

Portanto, não foram raros os artigos que simplesmente afirmaram fazer uso da técnica da AC, citando algum autor de forma bastante geral e, em seguida, apontando um conjunto de grandes temáticas ou categorias alcançadas. Em termos mais aprofundado e qualitativo, não havia grandes preocupações em explicitar o passo a passo do processo indutivo de criação, compilação, mesclagem e hierarquização dos códigos para se chegar a categorias e depois se avançar para temáticas. Em outras palavras, em várias pesquisas, a análise de conteúdo soava como algo “divino” ou “mágico” que transformou grandes quantidades de texto em poucos temas que resumiam o conteúdo geral. Ou ainda, mesmo que apresentadas as categorias e temáticas gerais encontradas²², os trabalhos dispunham de pouco ou nenhum cuidado com a replicabilidade ou, no mínimo, da possibilidade de reconstruir o que foi realizado em cenários de pesquisa diferentes da análise²³.

Desse modo, verificamos em muitos artigos uma citação da técnica apenas para “justificar” genericamente como se deu a análise (NASCIMENTO *et al.*, 2021), o que denota um uso *ad hoc* e acrítico dessa mesma técnica (GONDIM; BENDASSOLLI, 2014). Apesar de não termos verificado a questão em si, é possível que esteja acontecendo o relatado por Castro *et al.*, (2011), que seria um uso para sustentar resultados

²² Mesmo quando classificamos que a explicitação das categorias esteve presente, conforme dados apresentados anteriormente, porém qualitativamente julgamos que essas apresentações alcançavam apenas o nível mínimo de detalhamento para a compreensão.

²³ Por exemplo, Sampaio e Lycarião (2021) sugerem que o livro de códigos seja tornado disponível assim como o banco de dados para aumentar a replicabilidade da pesquisa. Foram bem raros os casos que encontramos o livro de códigos ou mesmo uma explicitação das fases indutivas da análise e, mais raros ainda, quando encontramos o banco de dados da codificação.

autoconfirmatórios e buscando apenas credibilidade da análise ao citar Bardin ou a técnica em si.

Além disso, nossos outros resultados apontam para pouca qualificação da análise de conteúdo brasileira. Por exemplo, apesar de existir uma forte discussão do impacto de *softwares* para análise de dados qualitativos, isso ainda não se reflete no *corpus* analisado, no qual apenas cerca de 10% fizeram uso de tais *softwares* para guiar a análise²⁴. O uso de *softwares* qualitativos, como sabemos, facilita para que a replicabilidade e transparência da pesquisa sejam incrementadas, aumentando também a sua credibilidade (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011; SCHREIER, 2012; TAQUETTE; BORGES, 2020; GUIMARÃES; PAULA, 2022).

Ainda nesse aspecto da análise, como advertido por Alves (2011) e Nascimento *et al.*, (2021), as ACs raramente tornaram explícito o que de fato analisam, ou seja, a unidade de análise ou mesmo de contexto. Como já denotado, boa parte das análises se centra em dados gerados por entrevistas e grupos focais, porém não sabemos o que foi efetivamente analisado. A título de exemplo, no caso das entrevistas, não sabemos se a unidade de análise são as entrevistas como um todo ou cada resposta do entrevistado. Isso também valendo para os grupos focais, nos quais não sabemos se foram analisados como um todo ou se cada fala de cada participante foi analisada separadamente. Em grande medida, isso significa que as ACs brasileiras têm pouca possibilidade de replicabilidade, afinal não se esclarece como uma importante questão da análise foi efetivada.

Da mesma maneira, seguimos o princípio definido por Neuendorf (2002, 2018) de que a técnica da análise de conteúdo toma diversas precauções para lidar com a subjetividade da codificação no seu próprio processo de elaboração, o que difere da análise qualitativa temática que se preocupa com isso após a codificação com várias possibilidades para validação dos resultados qualitativos. Para Bauer (2009) e Flick (2009), a vantagem da análise de conteúdo estaria justamente em uma formalização dos procedimentos públicos e conhecidos para a criação de categorias, para se lidar com a subjetividade dos codificadores antes da análise, além de possibilidades mais amplas para tornar o processo transparente e replicável (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021).

²⁴ Obviamente, existe a possibilidade de várias pesquisas terem de fato usado tais softwares e não mencionado nos artigos. De toda sorte, se esse for o caso, há falta de transparência e descrição detalhada na pesquisa.

Mozzato e Grzybovski (2011, p. 740) resumem o que, de fato, exprime credibilidade a uma análise de conteúdo²⁵, a saber a: “qualidade da elaboração conceitual feita a *priori* pelo pesquisador, da exatidão com que ela será traduzida em variáveis, do esquema de análise ou das categorias e, em definitivo, da concordância entre a realidade a analisar e estas categorias”²⁶.

A nossa pesquisa demonstra que raramente os artigos brasileiros que aplicam análise de conteúdo se preocuparam em explicitar se houve mais de um codificador (14%), se houve treinamento para esses codificadores (0,5%), se houve algum teste de confiabilidade entre codificadores ou qualquer outra forma de se lidar com a confiabilidade das codificações ou categorias (2,6%) ou mesmo com a subjetividade dos codificadores ou da codificação (14,8%). Assim, mesmo que tais trabalhos seguissem a lógica da análise qualitativa temática, isso não se reflete adequadamente na preocupação com a validação posterior dos dados, pois apenas 7,3% dos artigos apresentaram essa informação.

Da mesma maneira, a transparência metodológica para incremento da credibilidade (*trustworthiness*) da pesquisa só foi vista em 2,4% dos artigos. Em outras palavras, não houve particular cuidado em se apresentar os limites da codificação e/ou da análise de conteúdo como um todo. Quando havia tal preocupação, ela estava geralmente assentada apenas na técnica de coleta de dados qualitativos, novamente reforçando que a análise de conteúdo parece estar sendo usada de forma *ad hoc* e acrítica, como denunciam Gondim e Bendassolli (2014).

Para além da qualidade das ACs, outro objetivo de nossa pesquisa era verificar o uso específico do manual de Bardin. Afinal, se a pesquisa de Sampaio *et al.*, (2021) demonstrava uma alta concentração da autora, uma questão era justamente a sua apropriação qualitativa. De maneira não surpreendente, em nosso *corpus*, Bardin é fortemente usada como autora principal para guiar a análise de conteúdo e não encontramos nos textos analisados alguma crítica ou expressão de qualquer limitação ao modelo apresentada pela autora. Se Vergara (2011) questionou, naquele momento, qual era o debate que a obra de Bardin suscitava, podemos aqui responder que não parece ser um debate profícuo. A autora é utilizada aparentemente de forma automática e acrítica.

²⁵ Ver também discussão realizada por Leite (2017).

²⁶ Baseados em reflexões anteriores, notadamente: FREITAS, H.; CUNHA, M.; MOSCAROLA, J. Aplicação de sistemas de software para auxílio na análise de conteúdo. *Revista de Administração da USP*, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 97-109, 1997.

Portanto, há dois conjuntos de questões importantes para a literatura brasileira que faz uso da análise de conteúdo. O primeiro já foi levantado por Sampaio *et al.* (2021) e trata de uma suposta paralisação no tempo da AC brasileira. Como os autores argumentam, o manual de Bardin não é atualizado há cerca de duas décadas, e poucos textos mais recentes de AC são utilizados para guiar ou, no mínimo, incrementar as análises, o que tende a significar que pontos importantes das aplicações mais avançadas e rigorosas da técnica no cenário internacional não estão sendo devidamente considerados pela pesquisa brasileira.

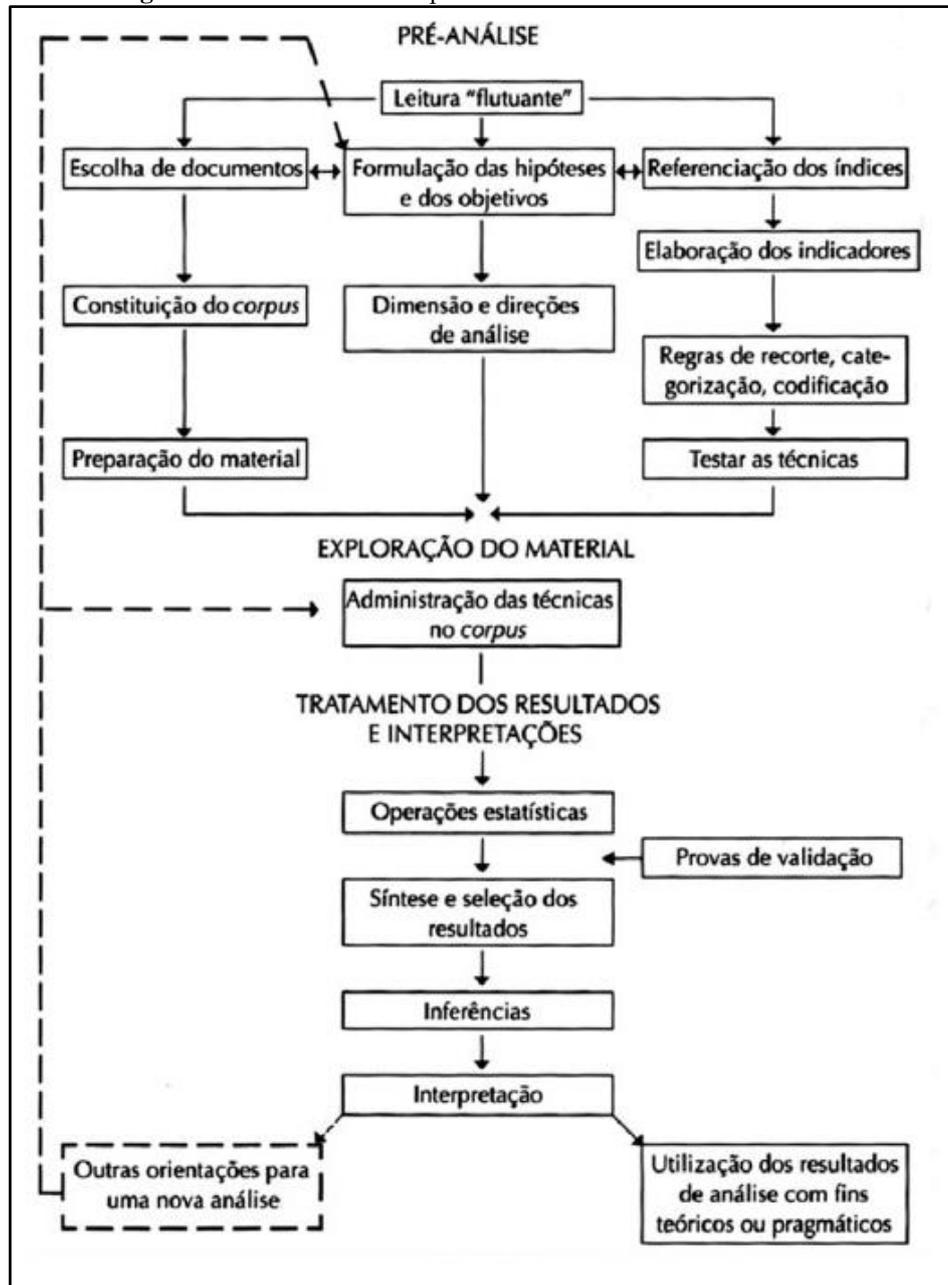
Para análises de conteúdo especificamente qualitativas, isso incluiria detalhes sobre: a criação de um livro de códigos ou a aplicação indutiva, um instrumento mais sofisticado de amostragens de textos ou criação de um *corpus* qualitativo, o treinamento de codificadores, a forma como se lidou com a subjetividade dos codificadores/juízes (teste de confiabilidade ou outra maneira), transparência metodológica para incremento da credibilidade (*trustworthiness*) da pesquisa e formas de validação dos dados qualitativos (triangulação de métodos ou validação transacional, por exemplo), assim como o uso de *softwares* CAQDAS (*Computer – Assisted Qualitative Data Analysis Software*), tais como Atlas.ti, MAXQDA, NVivo e WEBQDA. Todas essas questões não são devidamente tratadas no manual de Bardin e agora são amplamente utilizadas na pesquisa qualitativa (SAMPAIO *et al.*, 2021).

Não se trata de rechaçar em absoluto a utilização do manual de Bardin, que é bastante completo, interessante e teve um valor histórico vital para a disseminação da técnica no Brasil, mas sim reconhecer que técnicas científicas avançam ao longo do tempo e que questões que agora são cada vez mais valorizadas na pesquisa acadêmica, como a importância de transparência, confiabilidade e replicabilidade, não tinham tal relevância quando da última revisão do referido manual. Em outras palavras, é preciso uma atualização urgente de textos e manuais metodológicos para a análise de conteúdo brasileira. Nossa pesquisa evidencia que não apenas Bardin é largamente a autora mais utilizada para subsidiar a AC, mas que também segue de forma absolutamente incontestada, uma vez que não encontramos uma única referência crítica à obra.

Também se notou que frequentemente os artigos afirmam que vão usar o modelo de Bardin, mas expõem apenas as três etapas gerais descritas pela autora, nomeadamente 1) pré-análise, 2) exploração do material ou codificação e 3) tratamento dos resultados - inferência e interpretação. Em outras palavras, o manual de Bardin, ao longo de sua extensão, apresenta detalhes de todas essas etapas, que podem ser resumidas no diagrama

abaixo representado, porém tais subetapas são largamente ignoradas pela literatura brasileira.

Figura 1: Modelo de Bardin para “desenvolvimento de uma análise”



Fonte: Bardin (2016, p. 132)

Isso nos leva ao segundo conjunto de questões que a literatura de análise de conteúdo precisa considerar. Não apenas Bardin é utilizada de forma quase que exclusiva e anormal pela literatura, mas claramente o seu manual também é mal lido e seu métodos não aplicados adequadamente. Quando os analistas de conteúdo dizem que vão usar o método de Bardin e explicitam apenas as três fases gerais da autora, não temos garantias de que os devidos cuidados para elaboração, teste e aplicação de categorias tenham sido

realizados. Como vimos nos resultados, isso fica claro pela quase que total ausência de menções a unidade de análise, transparência metodológica, tímido uso de *softwares* para análise qualitativa, formas de se lidar com a subjetividade da codificação ou, ao menos, da validação posterior da análise.

Logo, apenas substituir o manual de Bardin por outros não parece ser o suficiente. Há questões relevantes sobre o treinamento metodológico, a transparência de pesquisas qualitativas e sobre a importância dessas várias etapas para a qualificação da pesquisa.

6 Conclusão

Esta pesquisa buscou avaliar a qualidade da aplicação da técnica de pesquisa de análise de conteúdo no Brasil. Para tanto, foi realizada uma amostragem aleatória representativa de 549 artigos indexados na SciELO Brasil, que fizeram uso da técnica em sua versão qualitativa e avaliados os artigos por uma análise de conteúdo. Os principais resultados evidenciam uma baixa qualidade geral na aplicação da técnica. Apesar de existir um cuidado na apresentação das categorias e temas que balizaram tais ACs, ele não se repete em termos de maior transparência e explicitação de questões para a análise, como o número ou o treinamento de codificadores, cuidados com a subjetividade da codificação ou mesmo na validação dos dados. Ademais, confirmando pesquisas anteriores, a análise de conteúdo brasileira é amplamente baseada em diferentes versões do manual de Laurence Bardin. Para além disso, não encontramos críticas ou apresentações de limitação do método da autora, mesmo se tratando de um manual há mais de duas décadas sem atualização.

Note-se que não se deseja fazer uma conexão causal entre as duas questões principais vistas em nosso resultado, vulgo a baixa qualidade geral das ACs e o uso excessivo de Bardin. Enquanto é fato que o manual não apresenta de forma atualizada e adequada alguns dos aspectos analisados, por outro lado, compreendemos que há vários fatores que podem levar a essa situação. Podemos citar a dificuldade de treinamento metodológico adequado em técnicas de pesquisa, acompanhado de possível comodidade dos treinadores em não atualizar tais cursos com materiais mais recentes. Ademais, parece faltar interesse por parte de editoras acadêmicas para traduzirem outros manuais de análise de conteúdo, carecendo igualmente de disposição ou mesmo capacidade dos pesquisadores em fazer uso de materiais em outras línguas.

Não menos importante, acreditamos que falta um debate ampliado sobre o atraso no uso da técnica no Brasil, porém que não se dê apenas em questões epistemológicas (como a diferença entre análise de conteúdo e outras técnicas, a exemplo de análise de discurso, análise textual e afins), mas também nas questões metodológicas e aplicadas. Futuras pesquisas podem tentar verificar se 1) a situação se repete em outras bases indexadoras e mesmo em outras fontes documentais (e.g. teses e dissertações) e 2) entrevistar diretamente pesquisadores e pesquisadoras sobre as possíveis razões que eles dariam para a falta de qualidade e renovação verificadas.

Outra questão que merece maior investigação é em que medida a pesquisa brasileira confunde a análise de conteúdo com a análise qualitativa temática. Conforme Neuendorf (2018), apesar de compartilharem várias semelhanças, há também uma série de diferenças importantes entre as técnicas. Distinções que, ao nosso ver, não têm sido devidamente observadas na pesquisa brasileira.

Uma *explicação rival* para parte considerável de nossas conclusões seria de que não necessariamente a análise qualitativa da pesquisa brasileira seja de baixa qualidade. Seria possível que o problema seja apenas na prática da sua apresentação. Como sabemos, artigos da área de saúde frequentemente apresentam uma curta extensão por características desta área e, na grande maioria dos casos, a AC foi “apenas” a técnica de análise de dados, enquanto as técnicas de coleta de dados eram, essencialmente, entrevistas qualitativas e grupos focais, que eram frequentemente bem detalhados e descritos. Logo, é possível que tais ACs sejam apresentadas apenas de forma resumida por questões de espaço, enquanto as técnicas científicas mais relevantes para os resultados estavam usualmente cumprindo os pré-requisitos adequados.

Enquanto tal possibilidade existe, acreditamos que nossas considerações podem ser mantidas em vários aspectos, uma vez que os princípios de transparência, confiabilidade e replicabilidade não estariam sendo devidamente observados. Mesmo que tais técnicas de coleta sejam devidamente descritas, não podemos descartar a análise de tais dados como algo tão secundário e desimportante.

Assim, concluímos este artigo ressaltando que a aplicação da análise de conteúdo no Brasil precisa urgente de uma robusta discussão epistemológica, mas principalmente *metodológica*. Enquanto isso parece ocorrer na forma de um movimento no que tange a pesquisa qualitativa como um todo (e.g. SOUZA; SOUZA,; COSTA, 2015; BICUDO; COSTA, 2019; LIMA; RAMOS, PAULA, 2019; TAQUETTE; BORGES, 2020), verificando as questões em torno de maior cientificidade dos métodos qualitativos, mas

se respeitando suas especificidades²⁷, o mesmo não parece acontecer especificamente com o uso da análise de conteúdo, que, mesmo em coletâneas mais recentes, parece apenas tender a replicar o já cansado modelo apresentado por Bardin. Uma exceção foi o esforço recente empreendido por Guimarães e Paula (2022), que buscaram não apenas discutir, mas também apresentar novas formas de aplicação da técnica.

Desnaturalizar tal uso acrítico, incluir novas referências e discutir atualizações da técnica são agendas imprescindíveis para o aperfeiçoamento das aplicações da análise de conteúdo pela ciência brasileira.

Referências

- ALVES, M. T. V. D. Análise de conteúdo: sua aplicação nas publicações de contabilidade. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 7, n. 3, p. 146–166, jul./set. 2011. DOI: [10.4270/ruc.2011227](https://doi.org/10.4270/ruc.2011227).
- BARBOSA, M. **Comunicação e método: cenários e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3ª reimpressão da 1ª Edição de 2016. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BASTOS, M. H. R.; OLIVEIRA, U. R.; SOUZA, T. C. de R.; SANTOS, R. F.; LAGO, M. M. Análise de discurso e Análise de Conteúdo: Um levantamento de suas aplicações nas ciências aplicadas membros da Administração. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 5, n. 11, p. 26301–26322, 2019. DOI: [10.34117/bjdv5n11-265](https://doi.org/10.34117/bjdv5n11-265).
- BAUER, M. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 10. ed. Petrópolis, Editora Vozes, 2007. p.189-217.
- BAUER, M.; GASKELL, G.; ALLUM, N. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 7-35.
- BICUDO, M. A. V.; COSTA, A. P. (org.). **Leituras em pesquisa qualitativa**. São Paulo: LF Editorial, 2019.
- CARDOSO, E.; MONTEIRO, M. C. S. Análise de Conteúdo: perspectivas teóricas e metodológicas no campo da Comunicação. In: WOTTRICH, L.; ROSÁRIO, N. M. (org.). **Experiências metodológicas na comunicação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. p. 103-122.
- CASTRO, T. G. De; ABS, D.; SARRIERA, J. C. Análise de conteúdo em pesquisas de Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 31, n. 4, p. 814–825, 2011. DOI: [10.1590/s1414-98932011000400011](https://doi.org/10.1590/s1414-98932011000400011).

²⁷ É preciso lembrar que a falta de qualidade na aplicação da análise de conteúdo tende a significar uma perda também para técnicas de coleta qualitativas, como entrevistas em profundidade e grupos focais, uma vez que AC, como aqui evidenciado, tende a ser uma das principais formas de análise dos dados gerados por tais instrumentos.

CHAVES, L. J.; GIL, C. A. Concepções de idosos sobre espiritualidade relacionada ao envelhecimento e qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 12, p. 3641-3652, dez. 2015. DOI: [10.1590/1413-812320152012.19062014](https://doi.org/10.1590/1413-812320152012.19062014)

COSTA, A. P.; MINAYO, M. C. de S. Building criteria to evaluate qualitative research papers: a tool for peer reviewers. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 53, p. 1-7, 2019. DOI: [10.1590/S1980-220X2018041403448](https://doi.org/10.1590/S1980-220X2018041403448)

DAL-SOTO, F.; SUZIN, J. B. Práticas da análise de conteúdo no campo da gestão estratégica. **Revista de Administração da UNIMEP**, Piracicaba, v. 15, n. 4, p. 24-45, set./dez. 2017.

DESLANDES, S. F.; IRIART, J. A. B. Usos teórico-metodológicos das pesquisas na área de Ciências Sociais e Humanas em Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 12, p. 2380-2386, dez. 2012. DOI: [10.1590/S0102311X2012001400017](https://doi.org/10.1590/S0102311X2012001400017).

DINIZ, S.; OLIVEIRA, L. Programas de governo e promessas de campanha. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 28, n. 76, p. 1-20, 2021. DOI: [10.1590/1678-987320287606](https://doi.org/10.1590/1678-987320287606)

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Armed, 2009.

FREELON, D. ReCal OIR: Ordinal, interval, and ratio intercoder reliability as a web service. **International Journal of Internet Science**, Constança, v. 8, n.1, p. 10-16, 2013.

GOMES, A. F.; BOCKORNI, B. R. S.; SANTOS, A. Z. P. M.; NASCIMENTO, K. D. J. As contribuições da Análise de Conteúdo e do Discurso para os estudos em Administração. **Revista Foco**, Guarulhos, v. 13, n. 1, p. 146-170, 2020. DOI: [10.28950/compliance.v13i1.475](https://doi.org/10.28950/compliance.v13i1.475)

GONDIM, S. M. G.; BENDASSOLLI, P. F. Uma crítica da utilização da análise de conteúdo qualitativa em psicologia. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 191-199, abr./jun. 2014. DOI: [10.1590/1413-737220530002](https://doi.org/10.1590/1413-737220530002).

GUIMARÃES, G. T. D.; PAULA, M. C. de. (org.). **Análise de Conteúdo e Análise de Discurso: reflexões teórico-metodológicas em diferentes vertentes**. Manaus: Edua - Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2022.

KRIPPENDORFF, K. **Content analysis: an introduction to its methodology**. 2. ed. Londres: SAGE Publications Inc., 2004.

LEITE, R. F. A perspectiva da análise de conteúdo na pesquisa qualitativa: algumas considerações. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 539-551, dez. 2017.

LIMA, V. M. do R.; RAMOS, M. G.; PAULA, M. C. (org.). **Métodos de análise em pesquisa qualitativa: releituras atuais**. Porto Alegre, ediPUCRS, 2019.

LOMBARD, M.; SNYDER-DUCH, J.; BRACKEN, C. C. Content analysis in mass communication: Assessment and reporting of intercoder reliability. **Human communication research**, Nova Jersey, v. 28, n. 4, p. 587-604, out. 2002. DOI: [10.1111/j.1468-2958.2002.tb00826.x](https://doi.org/10.1111/j.1468-2958.2002.tb00826.x)

LOVEJOY, J.; WATSON, B. R.; LACY, S.; RIFFE, D. Assessing the reporting of reliability in published content analyses: 1985-2010. **Communication Methods and Measures**, Londres, v. 8, n. 3, p. 207-221, ago. 2014. DOI: [10.1080/19312458.2014.937528](https://doi.org/10.1080/19312458.2014.937528)

MARTINEZ, M.; PESSONI, A. Intercom: pesquisas feitas com o método (1996 a 2012). In:

JORGE, T. de M. (org.). **Notícia em fragmentos: análise de conteúdo no jornalismo**. Florianópolis: Editora Insular, 2015. p. 299–319.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. de; CONSTANTINO, P. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, p. 2767-2779, nov. 2007. DOI: 10.1590/S0102-311X2007001100024

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá, v. 15, n. 4, p. 731–747, jul./ago. 2011. DOI: [10.1590/S1415-65552011000400010](https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000400010)

NASCIMENTO, O. A. dos S.; CABRAL, D. P.; CAVALCANTE, F. R.; REZENDE, M. S.; FILHO, A. L. The use of Content Analysis in scientific production of Brazilian Physical Education. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, v. 43, p. 1-9, 2021. DOI: [10.1590/rbce.43.e006521](https://doi.org/10.1590/rbce.43.e006521)

NEUENDORF, K. **The content analysis guidebook**. Londres: SAGE Publications Inc., 2002.

NEUENDORF, K. Content analysis and thematic analysis. In: BROUGH, Paula (org.). **Advanced research methods for applied psychology**. Routledge, Londres, 2018. p. 211-223.

PALMEIRA, L. L. de L.; CORDEIRO, C. P. B. S.; PRADO, E. C. Do. A análise de conteúdo e sua importância como instrumento de interpretação dos dados qualitativos nas pesquisas educacionais. **Cadernos de Pós-graduação**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 14–31, jan./jun., 2020. DOI: [10.5585/cpg.v19n1.17159](https://doi.org/10.5585/cpg.v19n1.17159).

QUADROS, M.; ASSMANN, G.; LOPEZ, D. C. A análise de conteúdo nas pesquisas brasileiras em comunicação: aplicações e derivações do método. In: BARICHELLO, E. M. da R.; RUBLESCKI, A. (org.). **Pesquisa em comunicação: olhares e abordagens**. Santa Maria: Facos – UFSM, 2014. p. 89–108.

POORTMAN, C. L.; SCHILDKAMP, K. Alternative quality standards in qualitative research?. **Quality & quantity**, Viena, v. 46, n. 6, p. 1727-1751, ago. 2012. DOI: [10.1007/s11135-011-9555-5](https://doi.org/10.1007/s11135-011-9555-5)

RIFFE, D.; FREITAG, A. A content analysis of content analyses: Twenty-five years of Journalism Quarterly. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, Londres, v. 74, n. 3, p. 515-524, dez. 1997. DOI: [10.1177/107769909707400414](https://doi.org/10.1177/107769909707400414)

RODRIGUES, M. U. (org.). **Análise de conteúdo em pesquisas qualitativas na área de educação matemática**. Curitiba: Editora CRV, 2019.

SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. **Análise de Conteúdo Categorical: Manual de Aplicação**. Brasília: ENAP, 2021. Disponível em: Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6542>. Acesso em: 30 ago. 2022.

SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D.; CODATO, A.; MARIOTO, D.; BITTENCOURT, M.; NICHOLS, B. Uma técnica parada no tempo? Mapeamento da produção científica baseada em análise de conteúdo na SciELO Brasil (2002-19). **Preprint Scielo**, 2021. Disponível em:

<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/1913>. Acesso em 30 ago. 2022.

SANTOS, A. M. Dos; COSTA, F. Soares Da; SILVA, R. S. Da. Análise de conteúdo da perspectiva de Bardin: um procedimento organizado. In: LIMA, V. M. do R.; RAMOS, M. G.; PAULA, M. C. De (org.). **Métodos de análise em pesquisa qualitativa**: releituras atuais. Porto Alegre: ediPUCRS, 2019. p. 169–186.

SCHREIER, M. **Qualitative content analysis in practice**. Londres: Sage publications, 2012.

SERAMIM, R. J.; WALTER, S. A. O que Bardin diz que os autores não mostram? Estudo das produções científicas brasileiras do período de 1997 a 2015. **Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 241–269, mai./ago. 2017. DOI: [10.13058/raep.2017.v18n2.478](https://doi.org/10.13058/raep.2017.v18n2.478).

SILVA, A. H.; CUNHA, D. E.; GASPARY, E.; MOURA, G. L. De; FIGUEIRA, K. K.; HÖRBE, T. de A. N. Análise de conteúdo: fazemos o que dizemos? Um levantamento de estudos que dizem adotar a técnica. **Conhecimento Interativo**, São José dos Pinhais, v. 11, n. 1, p. 168–184, jan./jun. 2017.

SILVA, J. L. C. L.; SILVA, T. C. M. da; ALENCAR, L. C. A. de. O paciente e a vivência da visita médica à beira do leito. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 40, n. 04, p. 704–712, out./dez. 2016. DOI: [10.1590/1981-52712015v40n4e01572015](https://doi.org/10.1590/1981-52712015v40n4e01572015)

SILVA, S. S.; BORGES, L. de O.; BARBOSA, S. da C. A profissão de advogado conforme apresentada em jornais paraibanos. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 26, n. 03, p. 652–663, dez. 2014. DOI: [10.1590/S0102-71822014000300014](https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000300014)

SOUZA, F. N.; SOUZA, D. N.; COSTA, A. P. (org.). **Investigação Qualitativa**: Inovação, Dilemas e Desafios – vol. 2. Aveiro-Portugal: Ludomedia, 2015.

TAQUETTE, S.; BORGES, L. **Pesquisa qualitativa para todos**. Petrópolis: Vozes, 2020.

TRACY, S. Qualitative quality: Eight “big-tent” criteria for excellent qualitative research. **Qualitative inquiry**, Londres, v. 16, n. 10, p. 837–851, out. 2010. DOI: [doi/10.1177/1077800410383121](https://doi.org/10.1177/1077800410383121).

VERGARA, S. C. Réplica 2-Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá, v. 15, n. 4, p. 761–765, ago. 2011. DOI: [10.1590/S1415-6552011000400012](https://doi.org/10.1590/S1415-6552011000400012)

Recebido em: 01 de setembro de 2022.

Aceito em: 14 de novembro de 2022.